

QUEM SÃO AS MULHERES NAS PESQUISAS GEOGRÁFICAS?: FEMINIZANDO A GEOGRAFIA

Victor Pequeno¹ 

Destaques:

- Geografias Feministas como práxis científica.
- Sentidos de espacialidades a partir de uma análise geográfica interseccional.
- Feminilidades enquanto categorias analíticas para desnaturalização de teorias e/ou conceitos.
- Demanda de um geografar *queer*-feminista intermediado pela relação pesquisador-objeto.

Resumo: O presente texto contempla os debates das Geografias Feministas e Geografia *queer* na academia brasileira. Nosso objetivo consistiu em identificar as temáticas e/ou fenômenos geográficos que foram investigados nos trabalhos de teses e/ou dissertações num período entre 2019-2021, que elegeram como grupo focal as mulheres. Trata-se de um estudo exploratório, em que utilizamos como metodologia a pesquisa bibliográfica e/ou documental. A partir da coleta de dados, observou-se que as autoras/es dos respectivos trabalhos colocaram em prática estudos interseccionais, pronunciando também suas subjetivações intermediadas pela relação pesquisador-objeto.

Palavras-chave: Geografias Feministas; Geografia *queer*; Feminilidades; Interseccionalidades.

WHO ARE THE WOMEN IN GEOGRAPHY RESEARCH?: FEMINIZING GEOGRAPHY

Abstract: This study contemplates the debates of Feminist Geographies and queer Geography conducted in the Brazilian academy. We sought to identify the themes and/or geographic phenomena investigated by theses and/or dissertations between 2019 and 2021, which elected women as a focus group. By means of a bibliographic and/or documentary research, this exploratory study observed that the authors of the respective works develop intersectional studies, giving voice to their subjectivations mediated by the researcher-object relationship.

Keywords: Feminists Geographies; queer Geography; Femininities; Intersectionalities.

¿QUIÉNES SON LAS MUJERES EN LAS INVESTIGACIONES DE GEOGRAFÍA?: FEMINIZANDO LA GEOGRAFÍA

Resumen: Este texto contempla los debates de las Geografías Feministas y Geografía *queer* en la academia brasileña. Su objetivo fue identificar los temas y/o fenómenos geográficos que fueron investigados en las tesis de doctorado o de maestría en el

¹ Licenciado em Geografia pela Universidade Estadual de Mato Grosso Sul (UEMS/UUCG). E-mail: victorpequenogeo@gmail.com

período entre 2019 y 2021, que eligieron a las mujeres como grupo focal. Se trata de un estudio exploratorio, en el que se utilizó como metodología la investigación bibliográfica y/o documental, y se observó que las/los autoras/es de los respectivos trabajos pusieron en práctica estudios interseccionales, al dar voz a sus subjetivaciones mediadas por la relación investigador-objeto.

Palabras clave: Geografías Feministas; Geografía *queer*; Feminidades; Interseccionalidades.

INTRODUÇÃO

Primeiramente, sugerimos alguns questionamentos.

Quando na graduação, estudamos a História do Pensamento Geográfico, esta, foi escrita por uma mão masculina ou feminina? Quando nos referimos à Geografia dita clássica, os autores são homens ou mulheres? Quando discutimos a evolução do objeto de estudo da Geografia, quem são os autores responsáveis pela mesma? Homens ou mulheres? Em que momento a Geografia começou a ser escrita por mulheres e/ou a tratar das demandas das mulheres? Podemos hoje falar que a mulher é um agente transformador do espaço geográfico? E se sim, quem são essas mulheres? Quais as cores delas? Quais as sexualidades? Qual a identidade de gênero delas? Aliás, podemos hoje fazer estes questionamentos? Ou Geografia ainda está no armário da cosmovisão masculina do mundo?

Durante anos, séculos, as mulheres estiveram excluídas da possibilidade de fazer ciência e de contribuir para a produção de conhecimento científico e/ou filosófico. As religiões, e depois as próprias organizações científicas, se incumbiram dessa opressão. [...] Tal conexão não casual ou banal entre religião ascética e conhecimento universitário fez com que, tanto a filosofia quanto a ciências modernas, se empenhassem em excluir mulheres da busca pela verdade, já que as impediam sistematicamente de estudar, assim como as impediam de receber instrução profissional, revelando tendenciosidade androcêntrica que nos tomou séculos para desconstruir e sobre a qual seria difícil afirmar estar já superada (MATOS, 2008, p. 335).

As interrogações apresentadas incitaram a construção do objetivo para com este texto, qual seja: Identificar em quais temáticas da pesquisa geográfica o grupo focal mulheres é contemplado. Para tanto, a metodologia que sustenta tal reflexão consiste no levantamento e/ou leitura bibliográfica.

Selecionamos a partir do *site* da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, trabalhos de geógrafas e/ou geógrafos que foram arquivados entre 2019-2021 e com estes sistematizamos nossa análise considerando alguns elementos, a saber: título, autoria/instituição, palavras-chave, campo de análise geográfica, ano de publicação, natureza (tese ou dissertação). Fizemos uma leitura interseccional dos respectivos trabalhos, no intento de responder a questão (Quem são as mulheres nas pesquisas geográficas?), e por meio dessa orientamos as nossas reflexões e considerações.

A interseccionalidade, como guia na condução dos olhares, permeia as discussões que tensionam e complexificam as análises sociais, de forma a compreender as múltiplas configurações das relações sociais, que são também relações espaciais, portanto, socioespaciais (ROCHA, 2022, p. 96).

Frisamos que o presente texto consiste em um estudo exploratório (GIL, 2008), haja vista que os limites do presente artigo nos impedem de tecer uma análise mais aprofundada e/ou específica, contudo, não consideramos a possibilidade desta ser contemplada em trabalhos futuros por nós ou por quem nos lê. Assim, intentamos semear alternativas epistemológicas e/ou metodológicas para o fomento e difusão de estudos geográficos sobre as mulheres e/ou grupos subalternos.

ECOS FEMINISTAS E RUÍDOS *QUEER* NA CIÊNCIA

A segunda metade do século XX foi marcada por intensos movimentos sociais, políticos, econômicos, culturais e/ou científicos que redefiniram e/ou engendraram práticas, saberes, filosofias das mais diversas. Do final da 2ª Guerra Mundial à dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Do movimento hippie ao movimento estudantil dos anos 1970. Da segunda onda² do movimento feminista à revolução sexual dos anos 1970. Do neopositivismo à virada cultural.

Os efeitos do acúmulo desses processos históricos são reconhecidos e/ou analisados até os dias atuais. Foi a partir desses movimentos, por exemplo, que se originaram campos de saberes e/ou disciplinas acadêmicas tais como os

² Das reivindicações e/ou pautas da segunda onda do feminismo, considera-se aquelas que questionavam a posição da mulher na esfera científica, a politização do corpo feminino e o direito à saúde, etc.

Estudos Culturais, Epistemologias Feministas e as teorias *queer*. No presente texto acercamo-nos às contribuições destas últimas e suas repercussões na ciência geográfica.

Ao encaminhar uma análise da conjuntura em que as Epistemologias Feministas emergiram como alternativa para um redirecionamento radical da ciência, Williams (2017) constatou que à época das primeiras proposições feministas, foi questionado o paradigma da neutralidade e da objetividade científica (herdada do movimento neopositivista), e principalmente, a cosmovisão masculina de mundo que silenciavam e/ou apagavam a presença das mulheres e outros grupos subalternos étnico-raciais e/ou dissidentes sexuais na construção de conhecimentos, saberes e/ou filosofias.

As feministas [...] buscam acrescentar reflexões e alternativas para uma ciência mais inclusiva, evidenciando que caracterizar o conhecimento científico como superior invisibiliza as/os subalternas/os, tais como as mulheres, as/os negras/os, as/os pobres, etc. A intenção primeira das feministas é fazer a ciência mais acessível, capaz de incorporar mais grupos, passando a considerar as particularidades, os paradoxos, as contingências que fazem parte do grande e plural grupo humano (WILLIAMS, 2017, p. 6-7).

É importante ressaltar que o uso mais adequado de se referir a esse campo de estudo é sempre no plural, ou seja, Epistemologias Feministas. Isto serve, não somente para indicar as distintas alianças teórico-metodológicas que as teóricas e/ou teóricos feministas empregam em seus estudos (Feminismo marxista; Feminismo construcionista; Feminismo pós-estruturalista, etc.), como também reconhecer a pluralidade do ser mulher, ou seja, das distintas expressões de gênero, feminilidades, sexualidades.

O feminismo ama outra ciência: a ciência e a política da interpretação, da tradução, do gaguejar e do parcialmente compreendido. O feminismo tem a ver com as ciências dos sujeitos múltiplos com (pelo menos) visão dupla. O feminismo tem a ver com uma visão crítica, conseqüente com um posicionamento crítico num espaço social não homogêneo e marcado pelo gênero (WILLIAMS, 2017, p. 7).

Dentre as vertentes de estudos feministas mencionadas anteriormente, destacamos aquela articulada com filosofia construcionista que tem como uma das precursoras a historiadora feminista Joan Scott. Leitora das obras de

Derrida e Foucault, Scott (1995) inaugurou uma nova compreensão de gênero no seu ilustre artigo “Gênero: Uma categoria útil de análise histórica”.

Scott (1995) defendeu que o uso categoria gênero não se reduz apenas ao grupo mulheres, pelo contrário, denota uma categoria subversiva ao contemplar as demandas que envolvam os coletivos femininos e masculinos, afinal, a sociedade é constituída por ambos. Assim:

Esse uso rejeita a validade interpretativa da idéia de esferas separadas e sustenta que estudar as mulheres de maneira isolada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tenha muito pouco ou nada a ver com o outro sexo (SCOTT, 1995, p. 75).

A originalidade do artigo de Scott (1995) consiste na aproximação que a autora realizou entre gênero e história, quando afirma que ao eleger gênero enquanto categoria de análise é possível historicizar não somente as disputas sociais e de poder que forjaram as relações entre mulheres e homens, como também a própria categoria gênero ao reconhecer que esta é efeito das práticas e/ou relações sociais. Ou seja, a noção de gênero na idade antiga é diferente da idade média, que é diferente da concepção de gênero na modernidade. Com isso, a autora aparta a categoria gênero de qualquer cosmovisão religiosa, biológica e/ou determinista.

Em meados da década de 1990 o movimento feminista se defrontou com as filosofias pós-estruturalistas. Isto contribuiu para que outra mudança se fizesse entre as feministas que engajaram-se no fomento do que ficou conhecido como Feminismo Pós-Estruturalista. As inspirações e/ou fundamentos para tal movimento foram encontrados nas obras de filósofos como Michel Foucault, Jacques Derrida, Gilles Deleuze, bem como nas obras das filósofas Teresa De Lauretis, Judith Butler, Paul B. Preciado, representantes das teorias *queer*, campo de estudos que surgiu na conjuntura global da AIDS e os movimentos lésbicos e gays, e que inaugurou a compreensão de gênero como ação performática, a partir do conceito de performatividade de Judith Butler.

As origens da Teoria Queer remontam a esse contexto, portanto ao fim da chamada Revolução Sexual, dos movimentos liberacionistas feministas e gays e do – hoje sabemos – curto período de despatologização da homossexualidade que começou com sua retirada do manual internacional de doenças mentais (MISKOLCI, 2014, p. 11).

Quanto à interpretação *queer* de gênero sugerida por Butler (2003), em termos gerais, gênero pode ser compreendido como:

[...] uma prática discursiva contínua, [dessa forma] o termo está aberto a intervenções e re-significações. [...] O gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir aparência de uma substância, de uma classe natural de ser (BUTLER, 2003, p. 59).

Diante do exposto, percebe-se que a categoria gênero é a espinha dorsal que sustenta o campo de estudos feministas em diálogo com as teorias *queer*, contudo é importante frisar que tais estudos não se restringem a esta categoria somente. Categorias como sexualidade, raça, trabalho, classe são de igual modo valorizadas pelas teóricas e teóricos engajados na construção do conhecimento feminista.

As Epistemologias Feministas e as teorias *queer* não reclamam de um isolamento científico, pelo contrário, é por meio do diálogo com outras áreas e/ou disciplinas que os estudos feministas e *queers* fincam suas raízes na ciência, bem como incitam e/ou inspiram outros saberes. Felizmente, a Geografia foi uma das disciplinas que se aproximou dos estudos feministas, tendo consolidado hoje uma trajetória de mais de 30 anos de Geografias Feministas.

UMA GEOGRAFIA EFEMINADA

O título desta seção é uma alusão ao preconceito em torno da feminilidade, significada como um atributo inferior por quem a exerce. Feminilidade que ao ser performada, por exemplo, por homens, torna-se um distintivo entre o centro (o homem masculinizado) e a margem (homem efeminado). Isto se complexifica quando a categoria sexualidade é inserida. O centro passa a ser ocupado por homens hétero, gay, bissexuais masculinizados, e à margem por homens hétero, gay, bissexuais efeminados.

A atitude afeminada adota a noção de feminilidade, fazendo uso da mesma para destacar a “norma” daquilo que é tido como ‘normal’, seja hétero ou homossexual. [...] Trata-se de uma atitude crítica ao comportamento conservador dominante na sociedade e no Estado, inclusive no próprio movimento LGBT tradicional, que prega uma política inclusiva sem uma real transformação social para todos, e não apenas para sujeitos e

corpos aceitos no âmbito de padrões estéticos e morais considerados adequados pela sociedade dominante (LOPES, 2017, p. 406-407).

Além disso, a aversão à feminilidade aponta para outro problema, a misoginia e a transfobia, já que pressupõe que qualquer característica feminina tem que ser extinta. Assim, tais corpos são considerados descartáveis, quando não, matáveis (fisicamente, simbolicamente e/ou epistemologicamente).

É importante destacar que a naturalização das identidades cis produz privilégios diretamente percebidos na medida em que pessoas cis não precisam ter sua identidade legitimada pela ciência, nem estão classificadas como doentes mentais em documentos médicos oficiais (como ocorria com os homossexuais até pouco tempo), não sofrem privações jurídicas de existência em documentos oficiais, não são vítimas de violência transfóbica e cissexista, não precisam dar explicações sobre suas identidades, não são vistas como pervertidas pela sociedade em geral e nem têm sua sexualidade confundida com seu gênero (LOPES, 2017, p. 410).

Seria a Geografia uma ciência masculinizada? Uma ciência macho? Se sim, há caminhos e/ou alternativas capazes de superar este paradigma? Como a atual Geografia brasileira responde a tais demandas? Há geógrafas e/ou geógrafos engajados em tal movimento?

A omissão científica da abordagem da mulher enquanto sujeito social tem sido denunciada por geógrafas feministas através de seu esforço em incluir o gênero enquanto um objeto de estudo da geografia e, para muitas delas, o estudo da mulher foi uma decisão política e uma estratégia de tornar seu trabalho visível no corpo da pesquisa geográfica (SILVA, 2003, p. 34).

A difusão global das produções estrangeiras do feminismo pós-estruturalista e das teorias *queer* influenciou na Geografia brasileira, especificamente, no ano de 1991, data em que a mulher emergiu como categoria analítica nas pesquisas geográficas brasileiras. Iniciou-se, então, a trajetória das Geografias Feministas.

[...] cabe ressaltar que o primeiro trabalho acadêmico foi defendido na USP, em 1991. Trata-se da tese de Sonia Alves Calió, intitulada “Relações de gênero na cidade: uma contribuição do pensamento feminista à Geografia Urbana”. O segundo trabalho foi defendido em 1995, na UNESP de Presidente Prudente, SP. Trata-se da dissertação de Lucimar de Araújo, “O trabalho da mulher nos assentamentos rurais: o exemplo das glebas XV de Novembro, Rosana e Areia Branca no Pontal do Paranapanema” (LINDO, 2021, p. 26).

Não só a mulher foi eleita como categoria analítica, bem como o corpo entrou na Geografia como dimensão escalar e qualificador das dinâmicas espaciais. Tal atitude denunciou as investigações acerca do espaço geográfico que vinham sendo produzidas sobre a prerrogativa da suposta objetividade, imparcialidade e/ou neutralidade. Um espaço geográfico amputado. Um espaço geográfico amórfico.

As relações sociais, ou relações de gênero, encontram no espaço, independentemente de suas escalas, os elementos para sua produção e reprodução, enfatizando, portanto, não só os sujeitos, como os espaços desses sujeitos. É nessa aproximação sujeito-espaço, que o Feminismo encontra nas/nos geógrafas/os um campo de análises, pois as mesmas, apoiam-se nas categorias geográficas para entender relações de poder, conflitos, mediações entre o cotidiano, sujeito e espaço (RAMOS, 2021, p. 331).

Conceber o corpo como elemento constituinte do espaço possibilitou que as geógrafas feministas colocassem em evidência o paradigma do espaço público *versus* espaço privado reforçado na ciência geográfica, e que teve como efeito a redução das demandas das mulheres ao doméstico, maternidade, desigualdade salarial, temáticas estas orientadas em parte pela dita Geografia Marxista.

Justamente aí, na Geografia, que uma orientação espacial se revela. Nessa definição de espaços para quem. O público para o homem, em primazia, heterossexual, branco, europeu, rico e cristão. O privado destinado às mulheres interseccionadas pelos tipos de opressões e pelos sistemas a que estão submetidas socialmente (RAMOS, 2021, p. 332).

Da articulação corpo-espaço reivindicada pelas Geografias Feministas, surgiu o conceito de espaço paradoxal elaborado pela geógrafa feminista britânica Gillian Rose na obra *“Feminism & Geography: The limits of Geographical Knowledge”* (1993), como alternativa outra de discutir e/ou compreender como os espaços e as disputas e/ou relações espaciais, são notadamente, generificadas historicamente, e desmasculinizar alguns conceitos e/ou categorias geográficas, como é o caso do território (SILVA, 2003).

A autora reivindica uma relação existente entre sujeito e território e argumenta que a noção de território desenvolvida pela geografia baseada na teoria masculina heterossexual burguesa envolve um tipo de propriedade conquistada historicamente, sempre pela violência, e imaginada e estruturada como uma “fortaleza”, como proteção de si e a exclusão de outros (SILVA, 2003, p. 39).

O conceito de espaços de constrangimento foi outro desenvolvido pela geógrafa supracitada, conforme observado por Silva (2003):

[...] os espaços de constrangimento, como a rua em determinados locais e horários, ou espaços de confinamento, como as residências em periferias distantes, são claramente elementos que tanto se referem às diferenças de acesso físico entre mulheres e homens a determinados espaços, como a construção de barreiras invisíveis criadas pelo olhar e força daqueles que impõem sua ordem e alcançam legitimidade (SILVA, 2003, p. 38-39).

Isso em vista, o conceito de espaço paradoxal trouxe à superfície todos esses paradigmas encobertos pela cosmovisão masculina impregnada na ciência geográfica.

O espaço paradoxal constitui-se numa interessante construção metodológica na geografia, sendo complexo, pois envolve variadas articulações e dimensões. Qualquer mulher não pode ser vista constituindo apenas um gênero, mas também, a sexualidade, a raça, a religião e a classe social. Todos esses elementos são experienciados simultaneamente, podendo, portanto, subverter a ordem de forças entre os “mesmos” e os “outros” devido sua plurilocalização no território (SILVA, 2003, p. 40).

Verificamos dessa forma que as Geografias Feministas assumem uma postura teórica-metodológica dialética, não estritamente no sentido marxista, mas, de maneira ampliada ao compreender as relações socioespaciais em dimensões (corpo, gênero, sexualidades, performances) que até então, não eram consideradas geográficas o suficiente.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Apresentamos a seguir o levantamento bibliográfico (quadro 1) que orientou nossa reflexão para com a pergunta central do nosso estudo. A fonte de dados consultada foi o *site* da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Estabelecemos o recorte temporal entre 2019-2021 por dois motivos. O primeiro é que tal período compreende a conjuntura política do Governo Jair Messias Bolsonaro, na qual foram encaminhadas distintas ações que provocaram o sucateamento da educação pública de nível infantil, fundamental, médio e ensino superior, desde corte de verbas até projetos de leis

(PL) para eliminar a suposta ideologia de gênero dos currículos escolares e/ou universitários.

[...] o combate à “ideologia de gênero” longe de se mostrar como mera cortina de fumaça – cuja função seria despistar a opinião pública frente à tomada de ações controversas ou, ainda, camuflar a crônica inoperância de seu governo em relação a área da educação – é, se bem prestarmos atenção, o único projeto efetivamente proposto por Jair Bolsonaro para a educação brasileira desde sua campanha eleitoral (SCHIBELINSKI, 2020, p. 28).

O segundo motivo diz respeito às limitações formais para com a elaboração de um artigo científico, o que lhe confere um caráter exploratório (GIL, 2002). Nesse sentido estabelecemos um recorte temporal mais restrito, focando em produções recentes que podem servir de base para futuros estudos geográficos.

O levantamento bibliográfico ocorreu no mês de setembro de 2022. Foi feita uma busca avançada com os seguintes termos, gênero, mulher e espaço, limitados ao título e resumo, ao recorte temporal 2019-2021, e aos Programas de Pós-Graduação em Geografia. Das teses e dissertações coletadas, selecionamos as que se referem estritamente ao grupo focal de mulheres, ou seja, trabalhos em que o problema de pesquisa contempla fenômenos protagonizados por aquelas, estes quais dialogam diretamente com a questão central que orientou nossa reflexão e escrita. Prossigamos com a discussão dos nossos resultados.

Quadro 1 - O grupo focal mulheres nas pesquisas geográficas brasileiras (2019-2021)

Título	Autoria e Instituição	Palavras-Chave	Área de Abrangência	Natureza e Ano
Rua, substantivo feminino: mulheres em movimento e o direito ao corpo na cidade	GONÇALVES, Talita Fernandes / Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Corporalidades femininas; Mulheres em situação de rua; Geografias feministas	Geografia Urbana	Dissertação (2019)
Mulheres no espaço urbano de Sorocaba-SP: movimentos de mulheres e a construção de suas territorialidades	NUNES, Renata / Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)	Mulheres; Espaço urbano; Territorialidades; Cidade; Gênero	Geografia Urbana	Dissertação (2019)

A territorialização de migrantes do Haiti em Cambé-PR e Rolândia-PR: As demandas das mulheres haitianas e as ações realizadas	PIZAIA, Jéssica Costa/Universidade Estadual de Londrina (UEL)	Mobilidade Haitiana; Mulheres Haitianas; Territorialização; Desigualdade de Gênero	Geografia da População	Dissertação (2019)
Gênero e mobilidade do trabalho: bolivianas trabalhadoras na indústria de confecção de São Paulo	RIBEIRO, Clara Lemme / Universidade de São Paulo (USP)	Gênero; Mobilidade do Trabalho; Bolivianas; Indústria da Confecção	Geografia do Trabalho	Dissertação (2019)
A espacialização da luta das mulheres camponesas em Sergipe: feminismo e resistência	SANTOS, Laiany Rose Souza / Universidade Federal de Sergipe (UFS)	Organização de Mulheres Camponesas; Movimento de Mulheres; Feminismo; Feminismo Camponês	Geografia Agrária	Tese (2019)
“Aqui tudo é do rio, se ele quer levar, deixa levar”: gênero, identidade e lugar das mulheres ribeirinhas em Nazaré, Porto Velho, Rondônia	SOUSA, Rúbia Elza Martins de / Universidade Federal de Goiás (UFG)	Rio Madeira; Mulheres Ribeirinhas; Gênero; Identidade; Lugar	Geografia Cultural	Tese (2019)
Espaço e as práticas do cuidado de si, na relação saúde/doença do corpo das travestis e mulheres transexuais em Curitiba e Ponta Grossa, Paraná	BRAGA, Ramon de Oliveira Bieco / Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)	LGBTfobia, Transexualidade, Travestilidade; Saúde Trans; Sexualidades	Geografia da Saúde Geografia Urbana	Tese (2020)
Feminilidades negras: um estudo de relações espaciais paradoxais	SILVEIRA, Louisa / Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	Negritude; Interseccionalidade; Militância; Movimento Negro	Geografia Cultural	Dissertação (2020)
O ativismo das mulheres sul-americanas imigrantes: um estudo de caso sobre a construção da política pública municipal em São Paulo	BACRON, Rosana / Universidade de São Paulo (USP)	São Paulo; Política Pública; Gênero; Migração; Interseccionalidade; Ativismo	Geografia da População	Dissertação (2021)
O papel da mulher no contexto das	FANTINELLI, Dreisse Gabbi /	Mulher; Agroindústria;	Geografia do Trabalho	Tese (2021)

agroindústrias rurais e do artesanato de Faxinal do Soturno/RS - Brasil: Trabalho, Renda e Autonomia	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	Artesanato; Renda; Autoestima		
Corpos que não importam: mulheres travestis nos livros didáticos de Geografia	MELLO, Tyrone de Andrade / Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Gênero; Mulheres Travestis; Livro Didático; Imagens; Práticas Pedagógicas	Geografia Escolar	Dissertação (2021)
“A cor dessa cidade sou eu?": As mulheres e o direito à cidade em Salvador, Bahia	SILVA, Júlia Garcia de Souza da / Universidade de São Paulo (USP)	Geografia Urbana; Direito à Cidade; Geografia Feminista; Relações Sociais de Gênero; Salvador; Bahia	Geografia Urbana	Tese (2021)
O protagonismo da mulher no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – Rio de Janeiro	VANNA, Suelen Santos / Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)	Mulheres; Gênero; MST; Movimentos Sociais	Geografia Agrária Geografia do Trabalho	Dissertação (2021)

Fonte: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Elaborado pelo autor (2022).

Coletamos um total de treze trabalhos acadêmicos, sendo oito dissertações e cinco teses. No que tange a autoria, onze trabalhos foram escritos por mulheres e dois escritos por homens. Em termos locais, a maioria dos trabalhos foram desenvolvidos em programas de Pós-Graduação em Geografia da região Sul³ do Brasil (seis trabalhos), seguida pela região Sudeste (cinco trabalhos) e as regiões Nordeste e Centro-oeste, ambas representadas por um trabalho apenas, a região Norte, por sua vez, não apresentou nenhum trabalho. Fizemos a leitura na íntegra de nove trabalhos, e para com os demais realizamos a leitura da introdução e das considerações finais. A seguir, nossas interpretações.

Na dissertação intitulada “Mulheres no Espaço Urbano de Sorocaba - SP:

³ É reconhecida a presença do Grupo de Estudos Territoriais (GETE) e da Revista Latino-americana de Geografia e Gênero vinculados ao Programa de Pós-Graduação de Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), coordenados pela Profa. Dr^a Joseli Silva, e do Grupo Espacialidades Urbanas (LabEU) vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), coordenado pelo Prof. Dr^o Benhur Costa, como os principais canais de difusão de pesquisas sobre gênero e sexualidades na Geografia brasileira.

Movimentos de mulheres e a construção de suas territorialidades”, Clara Nunes (2019) elegeu como grupo focal o coletivo militante de mulheres em Sorocaba-SP e atuação destas na construção de espaços de representação (simbólicos e/ou físicos).

Em termos de metodologia, a autora utilizou-se da observação-participante e aplicação de entrevistas semiestruturadas com quatro mulheres militantes dos movimentos sociais em Sorocaba-SP, às quais são vinculados ao Conselho Municipal da Mulher e ao Centro de Referência da Mulher. Já referente ao embasamento teórico, Nunes (2019) fez uso da obra de Henri Lefebvre, especificamente, os conceitos de espaços de representação e representações do espaço.

E quem são as mulheres da pesquisa de Nunes?

Ao analisarmos as características do grupo focal, as mulheres militantes, observou-se o seguinte: a primeira participante é apresentada ao leitor/a como “Manu - Uma advogada militante feminista de direitos humanos”, aparentemente, trata-se de uma mulher cis, branca e heterossexual, haja vista que no seu depoimento não foram relevados informações pessoais quanto a sua raça, identidade de gênero e sexualidade. Todavia, a categoria classe foi acionada quando é destacado sua profissional (advogada) no título de sua apresentação. Trata-se portanto, de um relato que articula gênero-classe para se chegar ao objetivo que é compreender como os espaços de representação e/ou representações do espaço são produzidas pela respectiva participante.

A segunda participante é apresentada como “Regina - Trajetórias de uma mulher negra”. Observa-se a articulação gênero-raça como elemento qualificador da produção de espaços de representação e/ou representações do espaço, outrossim é mencionado sua profissão (professora) como aspecto relevante na sua trajetória militante. Informações sobre identidade de gênero e sexualidade não foram revelados, dessa forma inferimos que trata-se de uma mulher cis-heterossexual.

A terceira participante é apresentada como “Drika - A articuladora da quebrada”. Trata-se de uma mulher negra e periférica, o que torna a análise interseccional (gênero-raça-classe). Informações sobre sua sexualidade e identidade de gênero não foram reveladas, o que nos leva inferir que Drika é

uma mulher cis-heterossexual.

A quarta e última participante da entrevista é apresentada como “Néia Mira - A vida antes e depois do PLP”. Trata-se de uma mulher cis-heterossexual, branca. Sua atuação como militante se deu a partir de seu cargo como coordenadora do PLENU, entidade que oferece o curso de Promotoras Legais Populares em Sorocaba-SP. Com efeito, a produção de espaço de representação e/ou representações do espaço a partir do seu relato é articulada com gênero-classe.

Há uma constante no trabalho de Nunes (2019), qual seja, o enfoque em mulheres cis-heterossexuais. Tal enfoque, contudo, não invalida a relevância da pesquisa, haja vista que a autora evidenciou trajetórias distintas de mulheres militantes sorocabanas, o que contribuiu no debate da Geografia dos Movimentos Sociais.

Jéssica Pizaia (2019), em sua dissertação intitulada “A Territorialização de Migrantes do Haiti em Cambé-PR e Rolândia-PR: As demandas das mulheres haitianas e as ações realizadas”, estabeleceu como objetivo investigar o processo de territorialização das mulheres nas cidades paranaenses, Cambé e Rolândia. No resumo já é destacado que trata-se de um estudo interseccional por articular as categorias gênero-raça-nacionalidade.

Em termos de metodologia, a autora aplicou vinte e duas entrevistas não-dirigidas, sendo que destas, sete foram com mulheres haitianas e sete com homens haitianos, e as demais com profissionais da saúde, professores/as e/ou coordenadores/as num período entre novembro de 2018 e maio de 2019.

No que se refere às mulheres haitianas e suas territorialidades, Pizaia (2019), num primeiro momento descreve o perfil socioeconômico, em seguida, identifica os locais de recepção e/ou instalação dessas mulheres nos bairros periféricos das cidades de Cambé-PR e Rolândia-PR. A religião é outro elemento destacado na configuração das territorialidades das mulheres haitianas. A autora menciona a existência de uma Igreja Pentecostal em Cambé que conta com um pastor haitiano, e que é tido como um lugar de reencontro com as tradições religiosas do povo haitiano.

Outro fator que contribui para a produção das territorialidades das mulheres haitianas é o trabalho. Pizaia (2019) evidenciou as longas jornadas de

trabalho que as mulheres haitianas são submetidas e com baixa remuneração. Tal situação impossibilita o acesso à serviços de saúde e/ou educação, bem como a socialização com a comunidade não-haitiana.

A autora concluiu que o processo de re-territorialização pelas mulheres haitianas são marcados e/ou definidos por processos discriminatórios, racistas, xenofóbicos. Por conseguinte, as haitianas, são obrigadas a socializarem apenas entre si e, é entre elas que se constroem os laços, apoio e/ou afetos para materialização de suas territorialidades dentro de outro território estrangeiro (Brasil). Tais territorializações assumem outros níveis, quando se verifica atuação de mulheres haitianas nas Igrejas, Centros Espíritas e outros coletivos.

O trabalho de Pizaia (2019) anuncia para nós geógrafas e/ou geógrafos a importância de se fomentar estudos outros que discutam e/ou investiguem as situações de refugiados/as no Brasil, e seus efeitos socioespaciais, culturais, político-econômicos.

Outros estudos com temática semelhante foram executados por Clara Ribeiro (2019) e Rosana Bacron (2021). A respeito da primeira, em sua dissertação intitulada “Gênero e Mobilidade do Trabalho: bolivianas trabalhadoras na indústria de confecção de São Paulo”. O objetivo delimitado pela autora consistiu em caracterizar as relações de trabalho na costura e seus efeitos nas condições de migração para com as mulheres bolivianas. Para tanto, foram aplicadas entrevistas com o grupo focal e seus familiares nas cidades de São Paulo, La Paz, El Alto e Buenos Aires.

Para compreender os processos migratórios encaminhados pelas bolivianas, a autora utilizou-se de entrevistas com questões relacionadas às experiências de violência (doméstica, sexual, xenofobia, racismo, etc), de autonomia e chefia familiar, estágios de solidão e maturidade. Ribeiro (2019), verificou que em alguns relatos há a dissociação entre “ser mulher boliviana” e “ser mulher brasileira”, a primeira caracterizada por sua passividade, enquanto que a segunda tende a ser mais impositiva. Diante disso, a autora apresenta as tradições e/ou costumes que são expressados pela mulher boliviana da rural e aqueles que dizem respeito à mulher boliviana da área urbana.

Dentre as considerações, Ribeiro (2019) percebeu que o processo de migração e a divisão social do trabalho (indústria de confecção) é transnacional,

bem como, o coletivo mulheres bolivianas promovem territorialidades distintas na medida em que as mesmas transitam e/ou circulam no espaço geográfico. Por fim, identificou transformações de ordem qualitativa nos processos migratórios contemporâneos diante da crise do trabalho e a manifestação destes em São Paulo.

Adentrando na Geografia do Trabalho, temos os trabalhos de Laiany Santos (2019) e Dreisse Fantineli (2021). Com destaque para o primeiro intitulado “A espacialização da luta das mulheres camponesas em Sergipe: feminismo e resistência”, Santos (2019) encaminhou um estudo que teve como objetivo investigar as espacialidades e as reivindicações das mulheres camponesas sergipanas organizadas em mais de 105 coletivos, atuantes de movimentos sociais e/ou sindicais. A autora pretendeu verificar também se há um feminismo camponês em Sergipe e quais seus antecedentes histórico-culturais.

O embasamento teórico pautou-se nas chamadas epistemologias do sul e na teoria marxista, tendo como método o materialismo histórico-dialético. Em termos de metodologia, Santos (2019) utilizou-se da pesquisa participante.

No que tange o grupo focal do trabalho (mulheres), a autora pontua que: “[...] a compreensão de mulher assumida neste estudo envolve o conjunto das mulheres em sua heterogeneidade, entendendo mulher como categoria política que nos articula, e cuja história se confunde com a história das classes [...]” (SANTOS, 2019, p. 27).

Verificamos que a análise encaminhada pela a autora consistiu em um estudo interseccional (gênero-classe) fomentando o debate dos movimentos sociais e/ou agrários para uma Geografia do Trabalho e/ou uma Geografia Agrária engajada com as demandas de grupos subalternos, nesse caso, as mulheres sergipanas camponesas.

[...] afirmar o feminismo camponês reafirma a leitura marxista que está assentada na relação sociedade natureza, em que as mulheres camponesas realizam o trabalho tendo como essência o valor de uso, e o próprio capital precisa dessas relações não-capitalistas para existir (SANTOS, 2019, p. 209-210).

A tese “Aqui tudo é do rio, se ele quer levar, deixa levar: gênero, identidade e lugar das mulheres ribeirinhas em Nazaré, Porto Velho, Rondônia”

de autoria de Rúbia Sousa (2019) apresenta um estudo que teve como objetivo identificar e analisar as relações sociais e identitárias das mulheres ribeirinhas em Nazaré para com o rio Madeira.

Trata-se de um estudo definido pela autora como cultural-humanista. A metodologia consistiu na aplicação de entrevistas e visitas a campo. Isso garantiu a contemplação dos aspectos ontológicos, simbólicos e mitológicos que são manifestados na relação entre as mulheres ribeirinhas e o rio Madeira.

Entre os seus resultados, Sousa (2019) identificou que o rio Madeira é um qualificador da identidade das mulheres ribeirinhas, assim, o ser mulher ribeirinha não trata-se apenas de um identificador do local em que essas mulheres vivem, mas principalmente, o elemento que qualifica tais mulheres como um coletivo e/ou movimento social e/ou ativista da região amazônica.

O rio marca as múltiplas vivências que se manifestam na espacialidade vivida neste interstício água-terra, de modo que a identidade destas mulheres interage com essa dinâmica e evoca a água como agente mediador tanto dos saberes e fazeres como da sociabilidade cotidiana (SOUSA, 2019, p. 133).

Ramon Braga (2020), em sua tese “Espaço e práticas de cuidado de si, na relação saúde/doença do corpo das travestis e mulheres transexuais em Curitiba e Ponta Grossa, Paraná”, elege como grupo focal as mulheres travestis e transexuais das cidades paranaenses, Curitiba e Ponta Grossa. O objetivo delimitado pelo autor foi compreender os efeitos da relação corpo/espaço na relação saúde/doença experienciados por tais mulheres.

A metodologia utilizada pelo autor foi a técnica *snowball* (bola de neve) o que lhe possibilitou a aplicação de entrevistas semiestruturadas com vinte mulheres travestis e/ou trans. Referente ao embasamento teórico, Braga (2020), apoiou-se nas teóricas e/ou teóricos das Geografias Feministas, bem como nos estudos *queer*, com destaque para as obras de Michel Foucault e Judith Butler.

Em suas considerações, Braga (2020) argumentou que a relação corpo/espaço frente a relação doença/saúde se dá em situações contingenciais e multiescalares (casa, trabalho, escola, universidade, etc), uma vez que o corpo travesti e/ou transexual passa por distintos processos de mudanças físicas, hormonais, psíquicas, o que implica em variações socioespaciais

(público/privado).

[...] verificou-se que o processo de autoidentificação das travestis e mulheres transexuais é conflituoso e marcado pela transfobia, rejeição familiar, desrespeito pelo nome social e violência física e psicológica nas escalas espaciais da casa, da educação formal, do trabalho e da cidade. Destarte, seus corpos vivenciam a doença em diferentes escalas espaciais (BRAGA, 2020, p. 373).

O estudo de Braga (2020) aponta para uma Geografia da Saúde e uma Geografia da População que está atenta às demandas e/ou reivindicações dos grupos subalternizados e/ou estigmatizados, quais são, muitas vezes vítimas do epistemicídio quando se pretende discutir os agentes produtores e/ou transformadores do espaço geográfico, e àqueles/as são desconsiderados/as, como se não existissem.

A dissertação de Mello (2021), intitulada “Corpos que não importam: mulheres travestis nos livros didáticos de Geografia”, também elegeu as mulheres travestis como grupo focal, contudo, o fenômeno em discussão contemplou questões relacionadas com a Geografia Escolar e o Ensino de Geografia.

Louise Silveira (2020), em sua dissertação “Feminilidades negras: um estudo de relações espaciais paradoxais”, encaminhou um estudo que partiu da seguinte problemática: “Como a negritude enquanto elemento constituinte das interseccionalidades de diferentes feminilidades produzem relações espaciais paradoxais?” (p.25). A articulação interseccional, portanto, se estabelece entre gênero-raça-classe.

Trata-se de um estudo escrito por uma mulher negra e que elegeu como grupo focal, as mulheres, por conseguinte, a posicionalidade da autora existente no texto pronuncia uma Geografia Feminista e uma Geografia de Gênero dialogada entre o ser pesquisadora e o ser mulher negra.

Primeiramente, eu não queria que, ao fazer minha pesquisa com feminilidades negras, tratá-las como “outro” (sujeito antropológico). Porque elas não são “o outro” na minha apreensão de sujeito, uma vez que, para além de limitar a minha visão sobre elas e os fenômenos socioculturais que as envolvem, eu não posso alienar o fato de que eu também sou uma feminilidade negra, feminista e militante, assim como elas (SILVEIRA, 2020, p. 57-58).

Em termos de metodologia, a autora fez uso da Análise do Discurso e Etnografia. As entrevistas semiestruturadas foram compostas de 10 questões, as quais relacionam tanto a experiência do ser mulher negra e ser mulher negra militante e as espacialidades que derivam dessas.

Destarte, em suas considerações, Silveira (2020) destacou que as experiências relatadas apontam para um feminismo negro que é alimentado pelo movimento político (ainda que em algumas falas, observou-se evocações de apartidarismo) e vice-versa. Conseqüentemente, as espacialidades das entrevistadas são fruto desta relação.

A tese de Juliana Silva (2021), intitulada “A cor dessa cidade sou eu?” - As mulheres e o direito à cidade em Salvador, Bahia”, apresenta como objetivo compreender a relação entre a produção do espaço urbano e as formas como as mulheres da cidade experienciam suas contradições.

Em termos de metodologia, a autora se valeu da pesquisa bibliográfica e da ferramenta *Relief Maps* desenvolvida pela pesquisadora Maria Rodó-de-Zarate, a partir da qual foi possível a aplicação de entrevistas com vinte mulheres. Para mais, como produto final foi desenvolvido um aplicativo chamado FEMINISTAS.SA como estratégia de fomento de Direito à Cidade para as mulheres.

No que diz respeito às participantes, Silva (2021) executou uma breve descrição interseccional (identidade de gênero, sexualidade, raça). No que tange a identidade de gênero, quinze participantes foram descritas como mulheres cis e duas como mulheres trans. Quanto à raça, sete mulheres foram identificadas como negras, seis mulheres foram identificadas como brancas, e quatro foram descritas como pardas. Quanto à sexualidade, onze mulheres foram descritas como heterossexuais, três como bissexuais e duas como lésbicas.

Os relatos evidenciaram as experiências de violências sofridas pelas entrevistadas em espaços públicos (rua), transporte público, casa, trabalho, escolas e/ou universidades. Cabe ressaltar que a própria Juliana foi participante no mapeamento, o que legitimou sua posicionalidade enquanto pesquisadora e enquanto mulher que se reconhecia no grupo focal eleito.

O diferencial do presente trabalho, consiste justamente no seu produto final, que foi a criação do aplicativo FEMINISTAS.SA.

O desenvolvimento do aplicativo FEMINISTAS.SA foi realizado com o coletivo de programadoras CODIVAS, que se definem como uma startup coletiva de profissionais mulheres para a manutenção de sites e aplicativos. Esse grupo atua na chamada Brecha Digital de Gênero, fenômeno que se refere à falta de profissionais e de estímulo às carreiras de tecnologia para mulheres (SILVA, 2021, p. 105).

Dentre as funções: “O aplicativo pode colaborar tanto para que os locais adversos ou contraditórios sejam evitados, quanto os locais com boas características, bom atendimento, ou de alta taxa de segurança, sejam utilizados largamente”. (SILVA, 2021, p. 106).

Em suas considerações, Silva (2021) reafirmou a importância de fomentar estudos geográficos feministas engajados em investigar espacialidades antes negligenciadas e/ou inferiorizadas, bem como desnaturalizar categorias e/ou conceitos da ciência geográfica que contribuem para tal, e apropriar-se das mais diversas técnicas e/ou instrumentos que resultem em criações inovadoras preocupados com os usos e direitos para com um espaço geográfico que acolha todas as subjetividades de gênero, sexualidades, raça, classes, como é o caso do aplicativo FEMINISTAS.SA.

Suellen Vanna (2021), em sua dissertação “O protagonismo da mulher no Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra - Rio de Janeiro”, buscou analisar as práticas espaciais de resistência e existência das mulheres atuantes no Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no estado do Rio de Janeiro num período entre 1984-2020. O recorte temporal contemplou os anos iniciais de criação do MST no Brasil e no Rio de Janeiro, bem como a conjuntura política atual:

Atualmente, o MST, além de enfrentar o modelo imposto pelo agronegócio no campo brasileiro, faz, por meio da resistência ativa, um enfrentamento ao governo Bolsonaro, de modo a combater a implementação de medidas neoliberais no campo, que, por sua vez, abrem caminhos para novas áreas de exploração do agronegócio (VANNA, 2021, p. 9-10).

Foram acionadas as categorias gênero, classe e trabalho denotando assim um estudo interseccional. Referente à metodologia, a autora executou visitas a campo, pesquisa documental, bem como aplicação de entrevistas semiestruturadas com três mulheres atuantes no MST do Rio de Janeiro, com intuito de conhecer a trajetória destas na consolidação de projeto, a organização

do espaço reivindicado a partir de mobilizações e o enfrentamento diante da necropolítica promovida pelo agronegócio.

Assim, essas sujeitas evidenciam as contradições da luta de classe. [...] elas inserem uma nova gramática na luta pela terra, trazendo visibilidade para outros pilares da dominação capitalista. Essas mulheres vão construir um enfrentamento ao patriarcado, ao racismo e à lgbtfobia (VANNA, 2021, p. 12).

Em suas considerações, Vanna (2021) identificou que a maneira pela qual as mulheres militantes do MST encaminham suas práticas são intermediadas pela relação corpo-território. Ou seja, a partir de suas corporeidades e/ou corpografias, as mulheres do MST do Rio de Janeiro, promovem espacialidades efetivas que demarcam e/ou engendram territorialidades contra-hegemônicas.

Diante dos trabalhos apresentados, retomamos aqui a questão que originou a nossa reflexão: Quem são as mulheres nas pesquisas geográficas?. Respondemos com otimismo que as mulheres que vem protagonizando as pesquisas geográficas, são as mulheres cis, mulheres trans, mulheres brancas, mulheres pretas, mulheres pardas, mulheres lésbicas, mulheres hetero, mulheres bissexuais, mulheres periféricas, mulheres classe média, mulheres militantes, mulheres ribeirinhas, mulheres prostitutas, mulheres professoras, mulheres pesquisadoras. O *ser* mulher e suas múltiplas corporeidades, saberes, práticas e geograficidades. O *ser* mulher é diverso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Das contribuições oferecidas por nossos/as pares, defendemos que as Geografias Feministas são imprescindíveis para imaginarmos e criarmos um saber geográfico liberto de todas as amarras sexistas, patriarcais, misóginas, homofóbicas, estais quais, contribuem para a perpetuação do epistemicídio nas ciências.

Reconhecer as mulheres enquanto agentes transformadores do espaço é o primeiro passo para colocar em prática este movimento. Outrossim, a leitura interseccional de fenômenos geográficos possibilita a construção e/ou renovação de epistemologias, métodos e/ou metodologias.

Sabemos dos desafios em fomentar tais estudos em tempos de caça à

ideologia de gênero nas instituições de ensino, o que faz de nós geógrafos e geógrafas, bruxos/as propagadores de tal praga ideológica, e que portanto, devemos ser queimados/as na fogueira da ciência neutra que preserva os valores tradicionais do patriarcado e não se deixa corromper por tais bruxarias.

Apesar das constantes ameaças, não recuamos, longe disso, seguimos exercendo nossas subjetividades, espacialidades, desejos e vontades na elaboração de mais ferramentas, conhecimentos e práticas que sirvam de subsídios para nossa legitimidade enquanto pesquisadores/as aspirantes de um devir social, científico e político emancipatórios.

Por fim, assim como disse Simone de Beauvoir (1970) que não se nasce mulher, mas torna-se uma, ampliamos a afirmativa acrescentando o seguinte: não nascemos pesquisadores/as *queer*-feministas, tornamo-nos. Para tanto, nossa posicionalidade se faz necessária, conforme foi visto nos trabalhos mencionados. Somos capazes de tal atitude? Acreditamos que sim.

REFERÊNCIAS

BACRON, R. **O ativismo das mulheres sul-americanas imigrantes: um estudo de caso sobre a construção da política pública municipal em São Paulo.** 2021. 143p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo.** (Tradução: Sérgio Milliet). São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

BRAGA, R. O. B. **Espaço e práticas de cuidado de si, na relação saúde/doença do corpo das travestis e mulheres transexuais em Curitiba e Ponta Grossa, Paraná.** 2020. 436f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2020.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade.** (Tradução: Renato Aguiar). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FANTINELI, D. G. **O papel da mulher no contexto das agroindústrias rurais e do artesanato de Faxinal do Soturno/RS - Brasil: Trabalho, Renda e Autonomia.** 2021. 180p. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, T. F. **Rua, substantivo feminino: mulheres em movimento e o direito ao corpo na cidade.** 2019. 98p. Dissertação (Mestrado em Geografia) -

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

LINDO, P. O mapa da pesquisa de gênero na Geografia brasileira (2010 a 2019): Sistematização e análise. **Revista da ANPEGE**, Dourados, v. 17, n. 32, p. 259–281, 2021. Disponível em:

<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/12488>. Acesso em: 1 out. 2022.

LOPES, O. G. Gays afeminados ou a poluição homoerótica. **Revista Periódicus**, Salvador, v. 1, n. 7, p. 405–422, 2017. Disponível em:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/22287>. Acesso em: 1 out. 2022.

MATOS, M. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. **Revista Estudos Feministas [online]**, Florianópolis, v. 16, n. 2, pp. 333–357, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000200003>. Acesso em: 29 set. 2022.

MELLO, T. A. **Corpos que não importam:** mulheres travestis nos livros didáticos de Geografia. 2021. 101p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

MISKOLCI, R. Estranhando as Ciências Sociais: notas introdutórias sobre a Teoria Queer. **Revista Florestan**, São Carlos, v. 1, n.1, p. 8-25, 2014.

Disponível em:

<https://www.revistaflorestan.ufscar.br/index.php/Florestan/article/view/62>.

Acesso em: 29 set. 2022.

NUNES, R. **Mulheres no espaço urbano de Sorocaba:** movimentos de mulheres e a construção de suas territorialidades. 2019. 144f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2019.

PIZAIA, J. C. **Territorialização de migrantes do Haiti em Cambé-PR e Rolândia-PR:** as demandas das mulheres haitianas e as ações realizadas. 2019. 150f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.

RAMOS, G. I. O lugar político das mulheres: Feminismo, possibilidades e contribuições da geografia. **Revista da ANPEGE**, Dourados, v. 17, n. 32, p. 325–350, 2021. Disponível em:

<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/12477>. Acesso em: 1 out. 2022.

RIBEIRO, C. L. **Gênero e mobilidade do trabalho:** bolivianas trabalhadoras na indústria de confecção de São Paulo. 2019. 229f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2019.

ROCHA, L. B. Apontamos para geografias interseccionais:

anarco(trans)feminismo, corpo e corporeidade em uma perspectiva decolonial. **Ensaio de Geografia**, Niterói, v. 8, n. 17, p. 94-115, 31 jul. 2022. Disponível em: https://periodicos.uff.br/ensaio_posgeo/article/view/52306. Acesso em: 24 set. 2022.

SANTOS, L. R. S. **A espacialização da luta das mulheres camponesas em Sergipe: feminismo e resistência**. 2019. 224f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2019.

SCHIBELINSKI, D. “Isso é coisa do capeta!”: o papel da “ideologia de gênero” no atual projeto político de poder. **Retratos da Escola**, v. 14, n. 28, p. 15–38, 2020. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1131>. Acesso em: 3 out. 2022.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, 1995 [2017]. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 29 set. 2022.

SILVA, J. G. S. “**A cor dessa cidade sou eu?**” - **As mulheres e o direito à cidade em Salvador, Bahia**. 2021. 125f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2021.

SILVA, J. M. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. **Revista de História Regional**, v. 8, n. 1, 2003. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2167>. Acesso em: 22 set. 2022.

SILVEIRA, L. **Feminilidades negras: um estudo de relações espaciais**. 2020. 175f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Santa Maria, 2020.

SOUSA, R. E. M. “**Aqui tudo é rio, se ele quer levar, deixa levar**”: gênero, identidade e lugar das mulheres ribeirinhas em Nazaré, Porto Velho, Rondônia. 2019. 160f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais, Goiânia, 2019.

VANNA, S. S. **O protagonismo da mulher no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - Rio de Janeiro**. 2021. 144f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2021.

WILLIAMS, P. Epistemologia e Feminismo. **Revista Três Pontos**, Belo Horizonte v.13, n.1, p. 5-11, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistatrespontos/article/view/3385>. Acesso em: 12 set. 2022.

Recebido em 29 de outubro de 2022
Aceito em 04 de fevereiro de 2023